

## Só há um candidato, mas está a 1400 km

Puigdemont não deverá assistir à sessão parlamentar em que é candidato único ao governo catalão

ANGEL LUIS DE LA CALLE Correspondente em Madrid



EMBORA PERSEGUIDO E FUGITIVO, O EX-LÍDER FAZ MOSSA EM MADRID FOTO YVES HERMAN/REUTERS

Governo espanhol, a quem assistem razões políticas, jurídicas e constitucionais no conflito com os independentistas da Catalunha, somou novo e formidável revés a uma longa lista de torpezas na sua gestão do litígio. O primeiro-ministro Mariano Rajoy (Partido Popular, centro-direita) tenciona ignorar o parecer do Conselho de Estado (CE) e manter o recurso no Tribunal Constitucional (TC) para impugnar a candidatura de Carles Puigdemont a liderar de novo o governo regional catalão.

O CE considera que não é o momento processual adequado para a impugnação. O seu parecer, obrigatório mas não vinculativo, foi recebido com "espanto e consternação" pelo Executivo.

Um juiz do Tribunal Supremo emitiu uma ordem de detenção do antigo líder catalão - autoexilado em Bruxelas e acusado de sedição, rebelião e desvio de fundos públicos -, mas não há nenhuma resolução judicial firme. Segundo o CE, "a mera proclamação como candidato [...] não implica um ato juridicamente reprovável".

Se o TC admitir o recurso de Rajoy, bloqueando a investidura, haverá consequências negativas: colisão de critérios entre duas das mais altas instituições do país (TC e CE); o Governo terá adotado uma atitude semelhante à que tanto criticou ao parlamento catalão, quando este tramitou e aprovou a Declaração Unilateral de Independência a 27 de outubro, desobedecendo aos seus próprios serviços jurídicos; o independentismo recuperará argumentos contra Rajoy, tendo Puigdemont exigido recentemente a demissão da vice-primeira-ministra Soraya Sáenz de Santamaría, cabeça visível do Executivo neste assunto.

### “ESPETÁCULO” SEPARATISTA

Rajoy é criticado em vários quadrantes por não ter sondado previamente o CE. Por resolver fica o verdadeiro cerne da questão: investidura ou não de Puigdemont como presidente da Catalunha? A Mesa do parlamento regional anunciou no dia 22 que o ex-presidente é o único candidato. A data e hora da sessão estão no limite do prazo legal: 30 de janeiro às 15h (14h em Portugal). O presidente do Real Instituto Elcano, Charles Powell, afirma ao Expresso que o objetivo da Mesa (de maioria separatista) ao marcar esse plenário é "organizar um espetáculo".

Os juristas do parlamento catalão, concordando com os do Estado central, decretaram que não é legal uma investidura por delegação com o candidato ausente, nem recorrendo a meios tecnológicos à distância, como pretende o dirigente fugido.

Não é de descartar que à última hora (na reunião da Mesa marcada para o dia da investidura) o partido de Puigdemont (Juntos pela Catalunha), com a anuência deste, proponha outro nome, também independentista mas sem o entrave de estar perseguido pela Justiça. Diz Powell: "Se o TC bloquear Puigdemont, e dado que ninguém quer novas eleições, vão encontrar um novo candidato in extremis." Ambas as fações temem que o fastio com o assunto desmobilize o respetivo eleitorado.

Embora Puigdemont tenha afirmado que "é possível governar de Bruxelas, mas não da prisão", não é de excluir uma sua jogada de alto risco: ir a Barcelona para a sessão de investidura. Se assim fosse, acrescentaria o ridículo ao rol de pecados do Governo de Madrid: é que o ministro do Interior, Juan Ignacio Zoido, anunciou com solenidade um dispositivo policial mobilizado "por terra, mar e ar" para localizar o ex-presidente caso entre em Espanha. Se Puigdemont entrasse no parlamento regional, os serviços de segurança ficariam em xeque, pois receberiam ordem para deter o político catalão (que é deputado) num local guardado pelos Mossos d'Esquadra, a polícia regional.

Powell vaticina um compromisso entre o JxCat e a Esquerda Republicana (ERC) para formar um governo chefiado por alguém que não Puigdemont nem Oriol Junqueras (líder da ERC, em prisão preventiva). Os independentistas, defende, "precisam de um presidente livre que possa advogar pela sua causa".

A seu ver, a prioridade do futuro poder regional é "levantar o artigo 155 [da Constituição]", que suspende a autonomia e permite a Madrid impugnar atos do governo catalão através do TC. "Não fará sentido continuar o confronto direto com o

Governo", diz Powell, prevendo que os separatistas "façam o possível durante seis meses para não infringir a lei". Retirado o artigo 155, terão um debate interno, pois "sabem que não têm a maioria nem mandato popular para a independência". Os separatistas têm maioria de deputados mas somaram 47,5% dos votos a 21 de dezembro.

Angel Luis de La Calle Correspondente em Madrid com Luísa Meireles